



Festa de Santo no Quilombo: (re)afirmação da identidade étnica na comunidade quilombola de Boa Vista (Oriximiná/Pará)¹

Elaine Cristina O.F.Archanjo²

Renilda Aparecida da Costa³

Resumo: As celebrações religiosas sempre tiveram e ainda têm muita importância na Amazônia. As festas de santo nas comunidades negras rurais são momentos mais esperado do ano, revelando um sentimento que, mesmo diante das dificuldades cotidianas, une as comunidades em torno dessas celebrações. O presente artigo versa sobre a festa em honra a São José Operário, realizada no último final de semana do mês de novembro, na comunidade quilombola de Boa Vista, município de Oriximiná, oeste do Estado do Pará. Dessa forma, buscou-se, por meio da memória social, as narrativas orais de homens e mulheres, compreender as transformações históricas da festa em homenagem a São José Operário da comunidade quilombola de Boa Vista, evidenciando essa comemoração como momento privilegiado se constrói e se reafirma a identidade quilombola dos moradores dessa comunidade. A festividade do padroeiro da comunidade é o momento mais esperado do ano, acontece no último final de semana do mês de novembro, transformando-se em momento de fé e lazer, em que os moradores fortalecem seus laços familiares, políticos, territoriais e comunitários, possibilitando a construção e reafirmação da identidade étnica quilombola.

Palavras chave: Festa de santo, comunidade quilombola, identidade quilombola.

Apresentação

No município de Oriximiná encontramos dezenas de comunidades remanescentes de quilombo. Segundo dados da Comissão Pró-Índio (2015), os quilombolas do município de Oriximiná estão distribuídos, atualmente, em 37 comunidades negras rurais, as quais estão localizadas no rio Trombetas, Erepecuru e Acapú, com população de 1.200 famílias, 10 mil pessoas aproximadamente.

¹ Trabalho apresentado no GT 6 (IDENTIDADE NACIONAL E IDENTIDADE REGIONAL ÉTNICO-RACIAL NAS FRONTEIRAS DA PAN-AMAZÔNICA) do III Siscultura.

² Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Mestre em História Social - PPGH/UFAM, Graduada em História – UEA/Parintins e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade Estadual do Amazonas, Campus Parintins. elaine_archanjo@hotmail.com.

³ Professora do programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas UFAM. renildaparecidacosta@gmail.com.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Em todas as comunidades quilombolas, a fé e a religiosidade são aspectos carregados de significações, amalgamando elementos católicos e africanos. Estas manifestações religiosas expressam as crenças e os modos de vida dos quilombolas da região, reinventando novas linguagens e práticas culturais.

As festas santos reforçam, mesmo com sua reelaborações, a ligação com a memória africana, transmitida oralmente de geração a geração pelos seus antepassados, e de sua africanidade latente nos costumes, crenças e nos modos de festejar seus santos de devoção. As festas aos santos padroeiros são eventos que estabelecem laços políticos e territoriais, reforçam o sentimento coletivo e contribui para a construção de uma identidade étnica de remanescente de quilombo, como a festa em homenagem a São José Operário, padroeiro da comunidade quilombola de Boa Vista, realizada por seus moradores no último final de semana do mês de novembro.

Assim como todas as comunidades quilombolas do município de Oriximiná, a comunidade quilombolas de Boa Vista tem sua origem no processo de resistência à escravidão no Baixo Amazonas, no século XIX. Neste período, os mocambos localizados no rio Trombetas eram os mais conhecidos destino dos escravos, que fugiam das fazendas de gado e cacau de Óbidos, Santarém, Alenquer, Monte Alegre e até mesmo de Belém (SALLES, 1971; FUNES, 1995; ACEVEDO ; CASTRO, 1998).

Boa Vista tem como marco de origem e formação a chegada do casal de escravos⁴ Antônio Honório dos Santos e Maria José Conceição, que resistindo às dimensões sociais amplas da escravidão, construíram sua liberdade nas matas do rio Trombetas, formando o quilombo Boa Vista. Ao chegar nesse rio escolheu um lugar estrategicamente bem posicionado, no alto de um barranco, a futura comunidade de Boa Vista, um bom ponto para se observar a chegada de eventuais intrusos.

⁴ Conforme levantamento bibliográfico (SALLES, 1971; FUNES, 1995; MARIN e CASTRO, 1998; GOMES, 2005), a introdução, em grande escala, de africanos na Amazônia brasileira ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período, contatamos maior inserção de contingentes de escravos africanos no Grão-Pará e sua intensificação dá-se em meio ao contexto das medidas pombalinas, para promover a restauração econômica de Portugal. Para viabilizar essa recuperação foram criadas as Companhias de Comércio. Nesse contexto, a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão surge da iniciativa do seu então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1754, para facilitar o abastecimento de mão de obra africana na região, propiciando contatos diretos com os portos africanos. Na Região do Baixo Amazonas, o aumento do número de escravos está diretamente ligado ao crescimento econômico, provindo do desenvolvimento da lavoura cacauzeira. Dessa forma, observa-se, no século XIX, um aumento considerável da população negra na Província do Grão-Pará, distribuída na capital, regiões circunvizinhas e em regiões mais afastadas, como o Baixo Amazonas.



Uma história narrada timidamente e, até mesmo, desconhecida por muitos, ganha visibilidade em torno de articulações sociais e práticas políticas pela promulgação da Constituição de 1988, iniciando-se na comunidade movimentos de resgate daquele patrimônio, por compreenderem os quilombolas a importância das lutas no campo da memória para o seu reconhecimento como “remanescente de quilombo”.

É importante ressaltar que os quilombolas de Boa Vista foram pioneiros na luta por reconhecimento étnico e territorial, garantidos na Constituição, alcançando, em 1995, a condição de primeira comunidade “Remanescente de Quilombo” titulada no Brasil.

Nesse cenário de luta pela titulação de suas terras, as memórias desse passado quilombola foram trabalhadas reforçando a importância de suas manifestações culturais, religiosas, as danças, brincadeiras e as festas de santo. Memórias de resistência que revalorizam experiências sabidas e preservadas por relações históricas que se forjaram sem recurso à comprovação por documentos oficiais escritos.

Dessa forma, o presente artigo buscou, por meio da memória social, as narrativas orais de moradores da comunidade, compreender as transformações históricas da festa em homenagem a São José Operário da comunidade quilombola de Boa Vista, evidenciando essa comemoração como momento privilegiado onde se constrói e se reafirma a identidade quilombola dos moradores dessa comunidade.

As narrativas orais apresentam-se, neste estudo, como principal fonte, privilegiando-as como meio de apreender como os sujeitos interpretam os processos sociais por eles vivenciados. Para Khoury (2006, p.43), “o trabalho com as fontes orais é um encontro entre pessoas dispostas a dialogar sobre questões que interessam a ambas, embora de maneiras diferentes”, permitindo que em suas falas, homens e mulheres da comunidade de Boa Vista, exponham suas experiências e os significados que atribuem as manifestações religiosas do passado e do presente, evidenciando contradições e tensões reinterpretadas no presente.

O diálogo com esses narradores deu-se com base na metodologia da história oral, seguindo orientações metodológicas de Alessandro Portelli (1997, p. 15), quando afirma que, a história oral diz respeito “a padrões culturais, estruturas sociais e



processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um”. Deste modo, a história oral possibilita os registros das vivências e lembranças dos sujeitos históricos, revalorizando experiências e memórias.

As recordações dos quilombolas de Boa Vista são construídas hoje, também pelas lembranças vividas, contadas e herdadas de seus avós, quando referenciam para experiências das festas dos antigos mocambos/quilombos, ou quando os mais velhos falam do tempo em que eram jovens e “a festa de São José não era assim”, disputando o seu próprio lugar no território da memória.

História e memória da Festa de São José Operário

A festa em honra a São José Operário marca com alegria o cotidiano da comunidade quilombola de Boa Vista. Realizada no último final de semana do mês de novembro, as comemorações pelo padroeiro transformam-se em momento de lazer, em que os moradores fortalecem seus laços políticos, territoriais, familiares e comunitários, onde os conflitos são abrandados, possibilitando a aproximação de vários grupos sociais. Além de ser um momento privilegiado de afirmação da identidade étnica do grupo.

Os dias que precedem a festa são marcados por movimento de grande organização, quando algumas pessoas tomam a frente dos preparativos, geralmente é o coordenador (a) da comunidade o responsável pela distribuição das tarefas a serem executadas e pelo convite dos moradores para o mutirão.

O mutirão de limpeza transforma-se em espaço de sociabilidade, um encontro de famílias, reforçando os laços de afetividade e também de compadrio, torna-se ali um espaço de lazer, onde as crianças e jovens brincam e também ajudam. A preparação do lugar e a realização da festa remetem-nos as reflexões de Durkheim (1996), quando o autor compreende a festa como tempo particular e distinto em relação ao cotidiano, tendo a capacidade de fazer com que as pessoas deixem seus trabalhos, sua rotina diária para se dedicarem aos preparativos na mesma.

A festa em honra a São José é o momento mais esperado do ano na comunidade quilombola de Boa Vista. A festa revela um sentimento que, mesmo diante das dificuldades cotidianas, une a comunidade em torno dessa celebração. Sobre a programação da festa, observa Silvio:

Olha, nós temos uma programação aí que vai ter o círio fluvial, né, é às 18:00 horas e depois segue em procissão até na igreja. Tem a celebração da missa e vai ter algumas apresentações, bingos essas coisas assim. Vai ter uma noite cultural, onde as pessoas vão apresentar suas [danças] de histórias, essas coisas toda e isso vai ser no dia 29 [novembro de 2013], então a partir de uma da manhã encerra tudo. É a parte religiosa essa. E dia 30 vai ter a festa dançante, já pra que não seja misturado [com] a questão religiosa (Silvio Rocha, 46 anos, coordenador da comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29 out. 2013).

A narrativa de Silvio destaca, além da programação da festa, seu aspecto ritual, a cerimônia religiosa que se inicia com o círio fluvial, seguido da celebração da missa na igreja. O ritual religioso do festejo evidencia a forma como a comunidade organiza sua forma de rezar, cantar e festejar seu santo padroeiro, além de apresentar-se como elo entre Deus e os participantes da festa, e esse rito possui uma ordenação que não muda. A ação ritual “renova o processo do advento da ordem e, implicitamente, caracteriza o sagrado como garantia da própria ordem” (MASSENZIO, 2005, p. 134).

A adoção de São José como padroeiro da comunidade de Boa Vista ocorreu na década de 1980, quando a igreja católica, por meio dos padres verbitas⁵, se fez mais presente na região do rio Trombetas, organizando a população negra em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como forma de enfrentamento dos agentes expropriadores (Mineração Rio do Norte, Alcoa, Eletronorte) que ameaçavam suas terras (ARCHANJO, 2015).

Entretanto, vale ressaltar que, a devoção a São José antecede esse período (1980). Dona Marina dos Santos, moradora da comunidade, relata que São José Operário protegeu seu pai, José dos Santos, de muitos perigos: “ele andou fugido no mato, bebeu muita água suja para se livrar da guerra e se apegou muito com São José”.

⁵ A Congregação do Verbo Divino chega à região do Baixo Amazonas no dia 26 de Janeiro de 1980. Chegam a Santarém-Pará os padres Francisco Kom, José Gross e Patrício Brennan. Depois, em 17 de março, do mesmo ano, chegaram os padres João Mors e João Adolfo Barendse para somar forças ao trabalho missionário. Disponível em: <http://svdcuria.org/public/infonews/provinces/20nn/200n/05mmbra.htm>. Acesso em: 21 mar. 2015.

O relato é uma referência à promessa de se livrar do recrutamento para uma guerra: a revolução constitucionalista de 1932, quando Óbidos, Oriximiná (na época distrito de Óbidos) e outras cidades do Baixo Amazonas⁶ declaram-se aliados dos constitucionalistas de São Paulo, dando início ao movimento armado (PINTO, 2012), denominado pelos negros do Trombetas como “Guerra do Pompa”⁷.

De acordo com a memória social dos negros do Trombetas, houve um recrutamento forçado dos homens dessa região para lutarem no movimento rebelde. O exército rebelde liderado pelo Coronel Pompa adentrava os rios e lagos da região do Trombetas a procura de homens que lutassem e, em caso de recusa, eram espancados, amarrados e levados à força para o quartel do 4º Grupo Artilharia de Costa, na cidade Óbidos, oeste do Estado do Pará. Os homens fugiam para a mata ficando lá por semanas e até meses sem retornarem às suas casas, deixando para trás mulheres e crianças.

José dos Santos foi um dos que fugiram para não ser capturado e, como disse sua filha, ele: “se apegou muito com São José”. O santo protegeu-o nas matas do Trombetas e a partir desse evento cria-se uma relação constante entre o devoto e o seu santo protetor, este realiza o pedido do devoto, enquanto aquele oferece suas orações, caminhadas ou, anualmente, realizam festas para homenageá-lo pelo pedido alcançado (GALVÃO, 1976).

Passado o perigo da guerra, em 1935, seu José dos Santos casa-se com Francisca de Paula dos Santos, filha de Antônio Honório dos Santos (já falecido) fundador do mocambo Boa Vista, mudando-se para a localidade de sua esposa e levando consigo a devoção a São José, tornando-se este o protetor da família que se formava e, com a criação da comunidade de Boa Vista, o santo também se torna o seu padroeiro.

A escolha de um santo padroeiro, segundo Maués (1995), pode estar ligada à figura e ao prestígio de um líder ou da riqueza que uma determinada família possui. No

⁶ A extensão da Revolta Constitucionalista de 1932 deflagrada em São Paulo e expandida para Óbidos, Juruti, Santarém, Oriximiná e Belém, no Pará, assim como eventos pontuais em Manaus e Itacoatiara, no Amazonas. Os revoltosos de Óbidos enfrentaram o Major Magalhães Barata, interventor federal do Estado do Pará e principal liderança tenentista da região norte, que havia chegado ao poder com a revolução de 1930 que leva ao poder Getúlio Vargas (PINTO, 2012).

⁷ Coronel Athenógenes Pompa de Oliveira comandante das tropas constitucionalistas de norte.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



caso de Boa Vista, José dos Santos, após o casamento, assumiu o papel de líder da localidade que, na época, se constituía de oito famílias, todos descendentes de Antônio Honório dos Santos, o fundador do mocambo Boa Vista. A família Santos constitui o eixo central do povoado e no entorno dessa família se dariam muitas das interações sociais, culturais, religiosas e políticas do povoamento de Boa Vista.

É relevante enfatizar que, a data para realização da festa, hoje, não é reconhecida pela igreja católica. O santo era festejado em Março e não em novembro. Segundo relato dos moradores, a escolha deste mês deu-se após a titulação da comunidade, em 20 de novembro de 1995, ficando este dia escolhido para festejar o título da terra e seu padroeiro.

Entretanto, a partir do ano de 2003, houve novamente uma mudança. O dia 20 de novembro transformou-se em dia dedicado a Consciência Negra⁸, ocorrendo, nesta data, eventos promovidos pela Associação das comunidades Remanescente de quilombo do Município de Oriximiná-ARQMO que mobilizam as comunidades quilombolas do município de Oriximiná, restringindo a participação de muitos quilombolas nas festividades de Boa Vista. Atualmente, o cívico de São José Operário é realizado no último final de semana de novembro.

O santo sai em cortejo pelo rio Trombetas, repleto de barquinhas iluminadas, com uma vela cada uma, indicando o caminho ao comandante da embarcação, criando um lençol de pontos luminosos. As barquinhas soltas no rio são confeccionadas pelos alunos e professores da escola da comunidade. O evento acontece às 18:00, quando um barco ornamentado que conduz o santo vai a frente do cortejo, seguido por outros barcos, canoas, lanças e rabetas (canoas motorizadas) até Boa Vista. Depois, ele segue em procissão até a igreja, ocasião em que muitos devotos pagam suas promessas, e pessoas vindas de outras comunidades, esperam a chegada de São José e a celebração da missa.

A festividade de São José também é regada à comida e à bebida. Os pratos típicos da região são preparados pelas mulheres para serem vendidos nas barracas

⁸ A Lei Federal nº 10.639/2003, em seu artigo 79-B assegura a inclusão do dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' no calendário escolar.

construídas para esse fim. Quanto à bebida: a cerveja e o refrigerante são comercializados no bar que funciona no centro comunitário, sem falar na música que alegra o ambiente, demarcando o espaço do sagrado e do profano da festa. Para Eliade (1992, p. 31), a primeira definição de sagrado é o que se opõe ao profano. O Sagrado é “o real por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida e fecundidade”, sendo o profano inferior, efêmero e dependente do sagrado para sua existência.

O círio é também a “noite cultural”, quando “as pessoas vão apresentar suas [danças] de histórias”. Mas, a festa dançante com conjunto musical, patrocinados pela Mineração Rio do Norte, acontece no dia seguinte “pra que não seja misturado [com] a questão religiosa”, informa Silvio Rocha. Ou seja, as “danças de história” (Carimbó, Desfeiteira e Catisirigandô) apresentadas na noite do círio, após a celebração religiosa, na mentalidade dos moradores, fazem parte do momento religioso da festividade, portanto, “sagrado”. A festa dançante, torneio de futebol, assim como toda programação do arraial (bingo, leilão, venda de comida e bebidas) constitui o momento “profano”.

Para o antropólogo Raymundo Maués (2011, p. 8), no catolicismo popular, o “sagrado” e “profano”, apesar de separados, no entendimento popular, “não estão em oposição, durante a festa religiosa, mas são complementares, embora entre eles possa haver uma hierarquia que valorize o primeiro”. Ainda segundo esse autor, todos os elementos correspondentes ao momento profano, no âmbito do festejo do santo, “guardam também alguma coisa de sagrado”.

“Antes [a festa de São José] tinha negócio de mastro”

Ao longo do tempo, a festa em devoção a São José passou por muitas transformações e reformulações. Era uma festa de folia e de promessa, era o santo de devoção de José dos Santos e Francisca de Paula dos Santos, lembra José dos Santos (filho).

Antes [a festa de São José] tinha negócio de mastro, faz o mastro, enfeita aquele mastro, quando era quatro horas da tarde [16:00] iam derriba aquele mastro e, tinha aquelas frutas, aquelas oferendas no mastro e uma beirinha lá em cima do mastro, lá tinha um premiozinho maior, às vezes, botavam até dinheiro. E, aquele que tirava aquela bandeira, que tinha lá, era o responsável pra próxima festa, ele ia coloca o mastro na próxima festa, quem tirava o prêmio, que estava na

bandeira, ele era o responsável pelo mastro no próximo ano. Agora despos de passa pras mãos de mais novato [referindo-se a nova geração], eles até abandonaram essa parte do mastro, num faz mais mastro. Essa juventude nova eles já tão num tipo mais moderno, que essas coisas já vão cortando. (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 16 nov. 2013).

De acordo com os relatos dos moradores, a preparação para a folia de São José começava com bastante antecedência. A escolha, a decoração e o levantamento do mastro marcava o início das festividades, momento que contava com a participação de grande número de pessoas vindas de outras comunidades negras rurais do rio Trombetas. No final da festividade, geralmente no final da segunda semana, o mastro, untado com gordura animal, deveria ser escalado com o objetivo de conquistar o “premiozinho maior” e a bandeira do santo, em seguida derrubava-se o mastro. Aquele que pegava a bandeira seria o responsável pela festa no próximo ano.

É importante ressaltar que no “tempo dos antigos”, expressão usada para se referirem aos seus antepassados que viviam nos mocambos no século XIX e seus descendentes no século XX (bisavós, avós e pais), a igreja reprimia tal manifestação, observação que encontramos igualmente no relato de Dona Rosa Colé:

Hum! Depois já que tinha um certos anos que já vai algum padre numa festa dessa. Mas primeiro era festa cultural dos negros. [Como eram essas festas?] É assim, eles chegava aqueles tempos da festa que era na data certa, dia dez, doze, conforme a data do santo, quando chegava por aqueles tempo ele iam trabalhar, tinha mordomo, tinha juiz, procurador, que na primeira festa abria o piloro do santo e faziam aqueles piloro dos santos. Chamava de piloro, era pra a coordenação dos mordomos, juiz do mastro e da festa, procurador, procuradera, mordomo, caixeiro, quem andava cum a bandera era aquele, fulião, fulião (Rosa Colé, 85 anos, comunidade do Abui, Alto Trombetas, 31 out. 2013).

As palavras de Dona Rosa “os padres num eram dessas festividades” assume dois sentidos em sua narrativa. O primeiro, já mencionado anteriormente, onde as festas organizadas por irmandades ou famílias não dependiam da igreja nem recorriam a ela para serem realizadas, nesses casos o padre é pessoa indesejada, pois acreditam que “a presença eclesiástica impedirá o baile, ou que realizar um baile nessas circunstâncias seria faltar com respeito a ele” (GALVÃO, 1976, p. 60). Segundo, em comunidades amazônicas isoladas como é o caso das existentes na



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



região do rio Trombetas e seu principal afluente, não havia presença constante de padres. No município de Oriximiná havia, até a década de 1980, enorme carência de sacerdotes (PAROQUIA DE ORIXIMINÁ, Dados Históricos, 1980 a 1990).

O Piloro do santo era realizado no primeiro dia da festa. Segundo Dona Rosa, era o momento do sorteio dos mordomos, juiz e os demais componentes da mesa, as pessoas inscreviam-se para desempenhar determinada função. As narrativas apontam para a existência de irmandades na região do Trombetas, no entanto, em nenhum relato há a confirmação de sua existência, mas sua estrutura, mesmo com as suas transformações, chega ao presente por meio da memória dos idosos, permanência viva de seus antepassados mocambeiros. O sr. José dos Santos (filho) acrescenta que “na festa dos antigos tinha auxiliar, mordomo, juiz, mestre sala e o mastro”.

As irmandades, de acordo com Vicente Salles, multiplicaram-se nos séculos XVII e XVIII, em Belém e em outras localidades. Nas devoções dos negros no Estado do Pará, afirma o autor, “vemos aí traço da congada africana que se generalizou por quase todo o país e da qual ainda há resquícios do império de São Benedito em Cameté, no Marambiré em Alenquer, e no Aiuê de Oriximiná.” (SALLES, 2004, p. 26). Tal organização e estrutura podem ser observadas na festa do Aiuê de São Benedito, na comunidade do Jauarí, rio Erepecurú, onde há a coroação do Rei e Rainha do Congo, evidenciando traços da cultura africana, cujos resquícios podem ser encontrados nas comunidades negras do rio Trombetas e Erepecurú, que ressaltam características de uma celebração que marca a sua memória e reafirma sua identidade.

Precedia os dias das “festas de santos” no rio Trombeta, o ritual de esmolação. Trata-se da peregrinação do Santo pelas comunidades para recolher donativos. Essas visitas são solicitadas pelos devotos que, na maioria das vezes, desejam pagar alguma promessa. A comitiva tem a frente dois porta-bandeiras com o estandarte do santo. Logo após, vem o mantenedor com o santo. Há um detalhe que chama a atenção: é a toalha branca que fica no ombro do mantenedor para que o santo não entre em contato com sua pele.

O momento mais importante da esmolação é a ladainha. À noite, os caixeiros convocam toda comunidade para participar da reza, reunindo-se todos na casa do



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



promesseiro, onde se monta o altar. São os esmoleiros que fazem a louvação e, em seguida, a ladainha e o enceramento. É responsabilidade de o promesseiro dar abrigo, comida e bebida para a comitiva.

É importante ressaltar que as devoções dos negros foram reprimidas pela igreja de Oriximiná, o que leva a supor que reflexos dessa repressão e controle eclesiástico teriam chegado à comunidade de Boa Vista, a mais próxima da cidade, concorrendo para abreviação e a extinção de elementos como: a esmolação, o levantamento do mastro e a derrubada do mastro.

Desde 1904, havia uma circular proibindo a esmolação para fins religiosos, que consistia na peregrinação do santo pela cidade para a arrecadação de donativos e realização da festividade. Nesse sentido, podemos inferir que o mesmo ocorreu na festividade de São José. Para as autoridades eclesiásticas, as festas religiosas são meios de promover a evangelização, a regularização do comportamento moral, o ensinamento da doutrina e das práticas litúrgicas adequadas..

Entretanto, o controle das festas nunca foi completo. As folias continuavam mesmo com a proibição da paróquia de Oriximiná, pois que os festeiros não se sujeitavam as suas leis, o que, em muitos casos, virou assunto de polícia, como o ocorrido, em 1918, com o festeiro de São Benedito, na tentativa de controlar as celebrações de devoção popular negra (PAROQUIA DE ORIXIMINÁ, Dados Históricos, 1900 a 1922/1923 a 1964).

Em relação às festas de santo, Eduardo Galvão (1976, p. 35) afirma que: “os festivais que realizam para cultuar o santo, e que incluem além da reza, baile e comedoria, são objetos de críticas severas dos sacerdotes”.

“Festa cultural”: herança dos antepassados

Sobre dimensões sociais amplas do círio de São José, como narra Dona Marina, é preciso lembrar que “depois da missa tem dança”. Na comunidade, encontramos o “Grupo Folclórico A Força do Negro”, formado por moradores de Boa Vista, sobretudo mulheres. Este grupo folclórico é responsável pelas “danças

tradicionais da comunidade”, a Desfeiteira⁹, o Carimbó¹⁰ e, com presença mais marcante, a Catisirigandô (lundu), a qual se transforma na sua principal forma de expressão cultural.

Segundo os integrantes do grupo de dança, seu nome é uma junção de Quatipuru (espécie de macaco) e sirigandô (lundu). Catisirigandô foi “criado” na década de 1990, por Dona Zuleide dos Santos, em meio às exigências para a titulação da terra, objetivando construir e reforçar a identidade de “remanescente de quilombo”, reestabelendo os laços com sua africanidade presente na cultura e na tradição, e, dessa maneira, reafirmar sua antiguidade no território, seu modo de vida, suas manifestações culturais e a história social do grupo.

Porém, conta Dona Zuleide, a primeira festa de “cultura” na comunidade foi motivo de críticas de muitos moradores que não conheciam, ou, simplesmente, não queriam uma festa com instrumentos “dos antigos” de ‘pau e corda’. Queriam festa com banda, com caixa de música, assim “não saiu como a gente queria, mas a parte da cultura mesmo eles gostaram”, essa foi a primeira apresentação do Catisirigandô e, desde então, transformou-se na mais importante expressão cultural da comunidade de Boa Vista.

A dança foi montada a partir da história das velhas da “casa grande”, Catarina, Luzia e seu macaco de estimação, as escravas, mais acima mencionadas, que fogem para o Trombetas, acima da Porteira, para o lugar chamado Turuna. Sobre história que ouviu de sua avó materna, Laureana Colé Livramento, que nasceu no quilombo doTuruna, em 1882, observa Zuleide que:

[...] contava que esta dança era de origem daqueles negros que fugiram e se acamparam nas cachoeiras do Campixe e do Turuna, até que ouviram dizer que os negros já podiam sair desses lugares de fuga

⁹ De acordo com moradores de Boa Vista, a desfeiteira é uma dança de pares enlaçados que circulam livremente pelo salão. A única obrigatoriedade é passar, cada par de cada vez, diante do conjunto musical. Aquele que coincidir estar na frente da banda passará por uma prova: o músico-chefe escolhe a dama ou o cavalheiro para declamar versos. Quem não conseguir é vaiado por todos e, por esta desfeita, paga uma prenda, ficando assim desfeiteado.

¹⁰ O carimbó, gênero de música e dança popular da região Norte do Brasil, tem origem no sincretismo entre as culturas indígena, africana e ibérica. Sabe-se que a música e a dança de carimbó representavam a relação com o trabalho e a desigualdade social. O nome deriva do instrumento de percussão indígena, principal artefato para a realização dos encontros em terreiros, o curimbó, feito de tronco de madeira e pele de animal, sendo um marco simbólico desta manifestação popular, caracterizada por sua função comunicacional e vinculativa em torno dos rituais religiosos, festas populares e reuniões sociais (SALLES e SALLES, 1969).

[referindo-se aos quilombos]. Foi então que a família de Laureana Colé Livramento desceram e acamparam na área da Tapagem, onde formaram um santuário chamado Oratório, que colocaram a imagem da Santíssima Trindade (Zuleide Viana dos Santos, 58 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, em 29 out. 2013).

Eram treze irmãs que moravam numa casa bem grande, em um lugar que chamaram de Trindade. Viviam da agricultura e vendiam seus produtos em Óbidos e Oriximiná. Entre as escravas fugidas, Catarina e Luzia, personagens da dança de Dona Zuleide, era a primeira dotada de visões com que alertava os quilombolas para o que estes chamavam de pega-pega¹¹. De acordo com Dona Zuleide, a Luzia tinha o dom de atrair os animais e conversar com as plantas, e tinha um macaco chamado Quatipuru. Catarina, além da adivinhação, tinha o poder da cura e da benzeção. Em tempo de festa ela benzia e “limpava”, jogando “banho de erva cheirosa” no local da festa, tal ritual de purificação objetivava afastar os maus fluidos, assegurando a proteção de todos os participantes, assim como proteger o quilombo de ataques dos brancos.

Os africanos, em experiência dos quilombos, a partir de sua memória das Áfricas reinventam suas práticas religiosas, seus saberes e crenças na Amazônia. As festas apresentam-se como espaços em que a dinâmica cultural, a memória e tradições dos povos em diáspora se manifestam em resistência ao silenciamento, desmoralização e criminalização de suas práticas culturais e religiosas. Assim, as festas religiosas nos mocambos/quilombos do município de Oriximiná representavam “a oportunidade para a celebração de valores culturais trazidos pelos africanos e de outros aqui criados” (REIS, 2002, p.101).

A dança, conforme nos informa Dona Zuleide, pretende mostrar como “os antigos faziam festa no mocambo, festas de santo, de promessa e depois da reza dançavam o lundu, mas elas não chamavam de lundu, as velhas da casa grande chamavam de Sirigandô. É por isso que essa dança é Catisirigandô”. A dança transforma-se em performance de identidade e da história cultural dos africanos e seus descendentes na região do rio Trombetas. Estes mesmo diante da adversidade e da crueldade infringidas pela escravidão “expressões e fragmentos das danças africanas

¹¹ Expedições de captura de escravos fugidos.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



mantiveram e permaneceram enquanto coreografia e vocabulário fenomenológico da sua história cultural e identidade original” (IROBI, 2012)

Precede o momento de entrada das dançarinas do lundu a apresentação do santo homenageado, São José, em uma alusão às festas de promessa. Em seguida, a apresentadora chama os personagens que compõe a dança: Catarina, Luzia e seu macaco de estimação. O ponto alto da dança é o lundu, momento que representa o profano desta apresentação, a sensualidade e a ludicidade negra do Trombetas.

Os personagens principais da dança são Catarina, a dona da festa, Luzia, rainha das flores e seu macaco Quatipuru. O objetivo da dança, segundo Zuleide, é mostrar a cultura dos seus antepassados que viviam da agricultura. A dinâmica da apresentação acontece no entorno do mastro, como expressa no verso “jogado” pela apresentadora: “quando olho esse mastro, representa a cultura, nos lembra dos antepassados que viviam da agricultura”, retratando a celebração em agradecimento pela fartura e boa colheita do quilombo.

Os personagens centrais Catarina, Luzia e o macaco Quatipuru, interagem com o público “botando versos”. O verso que Catarina apresenta é marcado pela afirmação e orgulho de ser negra: “sou negrinha e todos estão me vendo e não é por que sou negra que também não vá vivendo”. Cada personagem tem uma música para sua apresentação, porém, a do macaco é entoada pela rainha das flores: “chegou, chegou o macaco Quatipuru / ele veio de muito longe para dançar o siringandô [lundu] /se eu soubesse que tu vinhas mandava varrer a estrada / pingava, pingo de cheiro, sereno da madrugada”, evidenciando que as festas eram momentos de encontros de amigos e parentes, ou outros, escravos fugidos, que não mediam esforços para chegar ao quilombo.

A dança dos antigos era o Sirigandô, outro nome dado ao lundu, no rio Trombetas. Dançava-se a noite inteira ao som do gambá, o reco-reco, o cavaquinho, e o banjo. Dona Rosa informa que o gambá era o instrumento mais importante, lembrando que se trata de um tambor feito pelos negros: “o gambá era uma caixa grande de [tronco da árvore de] arapari, num conheci arapari, é um pau que por dentro ele é brocado, cavava até ficar como queriam”. Depois pegavam o couro do veado e fechava as



extremidades, era o principal instrumento nas festas do quilombo, afinal “no gambá sai tudo”, principalmente o lundu.

Vicente Salles (2004), em seu livro “O negro na formação da sociedade paraense”, ressalta que o lundu é a mais antiga expressão lúdica negra documentada na Amazônia. Neste sentido, compreende-se o papel da dança Catisiringandô na comunidade de Boa Vista, como importante meio de vivências, na compreensão de como foram vividos os tempos da escravidão, fuga e cotidiano dos seus antepassados. Portanto, um elo entre passado, presente e futuro, realimentando a identidade quilombola.

Salvaguardar o passado quilombola, por meio das expressões culturais e religiosas, está diretamente ligado ao fazer presente dessa comunidade, quando a produção social dessas memórias se articula como elemento constitutivo da construção da identidade social e cultural do grupo sobre as tradições dos seus antepassados que construíram sua liberdade nos mocambos espalhados pela região.

Referências Bibliográficas

- ACEVEDO, R; CASTRO, E. **Negros de Trombetas**: guardiões de matas e rios. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ARCHANJO, E. C. O. F. **ORIXIMINÁ TERRA DE NEGROS: TRABALHO, CULTURA E LUTA DE QUILOMBOLAS DE BOA VISTA (1980-2013)**. Dissertação de Mestrado. UFAM-Manaus, 2015.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins fontes. 1992.
- FUNES, Eurípedes A. “**Nasci nas Matas Nunca Tive Senhor**” – história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1995.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, Ed. Polis, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



IROBI, Esiaba. O QUE ELES TROUXERAM CONSIGO: CARNAVAL E PERSISTÊNCIA DA PERFORMANCE ESTÉTICA AFRICANA NA DIÁSPORA. Tradução: Victor Martins de Souza. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, pp. 273-293, jun. 2012.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Outra Amazônia**: Os santos e o catolicismo popular. Norte Ciência, vol. 2, n.1, p,1-26. 2011.

MASSENZIO, Marcello. **A história das religiões na cultura moderna**. São Paulo: Hedra, 2005.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes. et al. (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D' Água, 2006.

PAROQUIA DE ORIXIMINÁ, Dados Históricos, 1900 a 1922/1923 a 1964.

PAROQUIA DE ORIXIMINÁ, Dados Históricos, 1980 a 1990.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo. (15). Abril. 1997.

PINTO, Walter. **Memórias de uma revolta esquecida**: o Baixo-Amazonas na Revolução constitucionalista de 1932. Dissertação de Mestrado. UFPA-Belém, 2012.

REIS, José João. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas (SP): Unicamp, Cecult, 2002.

SALLES, V. **O Negro no Pará, Sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.

SALLES, Vicente; SALLES, Marena Isdebski. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. Revista Brasileira de Folclore, n. 9. Rio de Janeiro, set./dez. 1969.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da Sociedade Paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

TITULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO que a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA outorga à associação da comunidade de remanescente de Quilombo de Boa Vista – ACRQBV. Brasília – DF, 20 de novembro de 1995.